



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Justiça de Primeira Instância - Comarca de Prata  
Fórum Ronaldo Alves Vilela  
Praça XV de Novembro, 273 - Centro - CEP: 38.140-000  
(34) 3431-2781 - prtadm@tjmg.jus.br - Prata/MG

SELEÇÃO PÚBLICA - ESTÁGIO PARA ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - EDITAL Nº 01 / 2025

### QUESTÃO 01

São efeitos da revelia:

- (A) A imposição de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total devido, atualizado;
- (B) A impossibilidade do réu apresentar qualquer manifestação nos autos, até o final da ação;
- (C) Serão presumidas como verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor;
- (D) A impossibilidade do réu beneficiar-se da transação penal.

### QUESTÃO 02

José matou João no dia 02/07/2013. Diante da investigação policial, José foi preso em 10/08/2013, aguardando julgamento pelo Tribunal do Juri, marcado para 15/01/2014. Na data de 20/08/2013 foi editada nova lei, pelo Congresso Nacional, aumentando a pena para o crime de homicídio. Sobre a aplicação da nova lei mais gravosa ao caso de José, é correto afirmar:

- (A) Como José ainda não foi julgado, a nova lei, ainda que mais gravosa, pode ser aplicada a ele;
- (B) Aplica-se a lei vigente ao tempo do fato, ou seja, a lei que estava vigente no dia da prática do crime de homicídio, sendo vedada a aplicação de lei penal posterior mais gravosa;
- (C) A lei nova pode ser aplicada a todos os casos em que não houve julgamento com trânsito em julgado;
- (D) A lei nova nunca poderá ser aplicada aos fatos ocorridos antes de sua vigência, seja ela mais gravosa ou mais benéfica.

### QUESTÃO 03

O crime culposo:

- (A) É aquele cometido quando o agente quis o resultado;
- (B) É o crime cometido em estado de legítima defesa, não tendo o agente culpa do resultado;
- (C) Ocorre quando o agente deu causa ao resultado, por imprudência, negligência ou imperícia, mas não queria;
- (D) É aquele cometido quando o agente queria praticar um crime contra uma pessoa e acaba atingindo outra pessoa.

### QUESTÃO 04

Joana adquiriu um aparelho de telefone em uma loja de eletrodomésticos e, juntamente com o manual de instruções, lhe foi entregue o termo de garantia do produto, que assegurava ao consumidor um ano de garantia contratual. Após um ano e um mês da compra do produto, o aparelho de telefone apresentou comprovadamente um defeito de funcionamento, desligando sozinho enquanto em uso. Em face de tal situação hipotética, assinale a opção correta:

- (A) O CDC garante a Joana a possibilidade de reclamar de eventuais defeitos de fabricação a qualquer tempo, desde que devidamente comprovados;
- (B) Após o prazo de um ano de garantia conferida pelo fornecedor, Joana não poderá alegar a existência de qualquer defeito de fabricação;
- (C) Joana poderá reclamar eventuais defeitos de fabricação até o prazo de 90 (noventa) dias após o final da garantia contratual conferida pelo fornecedor;
- (D) O prazo para Joana reclamar dos vícios do produto é de apenas 90 (noventa) dias, a partir da entrega efetiva do produto, independente do prazo de garantia.



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Justiça de Primeira Instância - Comarca de Prata  
Fórum Ronaldo Alves Vilela  
Praça XV de Novembro, 273 - Centro - CEP: 38.140-000  
(34) 3431-2781 - prtadm@tjmg.jus.br - Prata/MG

SELEÇÃO PÚBLICA - ESTÁGIO PARA ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - EDITAL Nº 01 / 2025

### QUESTÃO 05

Sobre o Juizado Especial, é correto afirmar:

- (A) a audiência de conciliação só pode ser presidida por juiz togado, sendo vedada a realização de audiência por conciliadores;
- (B) os incapazes podem ser parte no juizado especial, desde que a causa não ultrapasse o valor de 40 salários mínimos;
- (C) nas causas de valor até 20 (vinte) salários mínimos, as partes poderão litigar sem advogado;
- (D) admite-se a citação por edital.

### QUESTÃO 06

A circunstância agravante

- (A) pode ser reconhecida pelo juiz, ainda que não alegada pelo Ministério Público, consoante expressa previsão legal.
- (B) da reincidência pode ser considerada simultaneamente como circunstância judicial.
- (C) incide ainda que qualifique o crime, mas não se dele constituir elementar.
- (D) pode elevar a pena acima do máximo previsto em lei para o crime.

### QUESTÃO 07

O negócio jurídico celebrado durante a vacatio de uma lei que o irá proibir é:

- (A) anulável, porque assim se considera aquele em que se verifica a prática de fraude.
- (B) nulo, por faltar licitude ao seu objeto.
- (C) inexistente, porque assim se considera aquele que tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- (D) válido, porque a lei ainda não está em vigor.

### QUESTÃO 08

De acordo com o Código de Processo Civil, o pedido de cooperação jurisdicional, no âmbito nacional

- (A) exige forma prevista em lei, podendo ser executado como atos concertados entre os juízes cooperantes
- (B) exige forma prevista em lei, pode ser executado como prestação de informações
- (C) exige forma prevista em lei, podendo ser executado como reunião de processos
- (D) prescinde de forma específica, podendo ser executado como auxílio direto.

### QUESTÃO 09

Assinale a alternativa correta.

- (A) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.
- (B) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, salvo se provar que o animal havia fugido de sua propriedade.
- (C) Os pais são também responsáveis pela reparação civil devida pelos filhos menores que estiverem sob seu poder familiar, estando ou não em sua companhia.
- (D) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Justiça de Primeira Instância - Comarca de Prata  
Fórum Ronaldo Alves Vilela

Praça XV de Novembro, 273 - Centro - CEP: 38.140-000  
(34) 3431-2781 - prtadm@tjmg.jus.br - Prata/MG

SELEÇÃO PÚBLICA - ESTÁGIO PARA ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - EDITAL Nº 01 / 2025

### QUESTÃO 10

A respeito da Lei 9.099/95, é correto afirmar que:

- (A) A transação penal, nas ações penais públicas condicionadas à representação, oferecida pelo Ministério Público ao autor da infração e por ele aceita, não será homologada pelo Juiz se não contar com anuência da vítima.
- (B) Na eventual reunião de processos, perante o Juízo Comum, decorrentes da aplicação de regra de conexão e continência, às infrações de menor potencial ofensivo aplicar-se-ão os institutos da transação penal e composição dos danos civis
- (C) Não cabe prisão em flagrante nos crimes de menor potencial ofensivo
- (D) A suspensão condicional do processo prevista no artigo 89 da Lei, aplica-se aos crimes cuja pena mínima não exceda a 2 (dois) anos



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Justiça de Primeira Instância - Comarca de Prata  
Fórum Ronaldo Alves Vilela

Praça XV de Novembro, 273 - Centro - CEP: 38.140-000  
(34) 3431-2781 - prtadm@tjmg.jus.br - Prata/MG

SELEÇÃO PÚBLICA - ESTÁGIO PARA ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - EDITAL Nº 01 / 2025

### QUESTÃO DISSERTATIVA

Analise o caso concreto e discorra sobre o tema:

Joana comprou uma passagem aérea, pelo site de intermediação de compras "Decolar.com", com saída de São José do Rio Preto/SP as 07h00 do dia 22/03/2024 e destino a Maceió/AL as 18h00. O trecho contava com uma escala em São Paulo (Guarulhos). Realizou o check-in on line em casa, as 22h00 do dia 21/03/2024. Ao chegar no aeroporto, enquanto estava na fila para despachar a bagagem, foi informada que o voo foi cancelado. Permaneceu das 06h00 até 16h00 aguardando no aeroporto de São José do Rio Preto, não sendo oferecida alimentação. Embarcou em novo voo realocado as 16h30, tendo perdido sua conexão para Maceió/AL. Somente no dia 23/03/2024 conseguiu embarcar para Maceió as 10h00. Joana dormiu no aeroporto e arcou com as despesas de alimentação no importe de R\$200,00 (duzentos reais). Perdeu a diária do hotel para o dia 22/03/2024 no valor de R\$800,00 (oitocentos reais), bem como o evento para o qual se deslocou, uma palestra de interesse profissional para a qual desembolsou R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Discorra sobre o caso abordando os seguintes pontos:

- requisitos da responsabilidade civil;
- dano material e dano moral;
- vício e defeito na prestação do serviço a luz do CDC no caso prático;
- sobre a possibilidade de atermação e necessidade de contratação de advogado ou dispensa;
- competência para o ajuizamento: juizado especial;
- responsabilidade da empresa aérea e da intermediadora Decolar.com